



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680332 - MG (2021/0220073-7)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR
CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DANIELA BASTOS E SILVA
ADVOGADO : DANIELA BASTOS E SILVA - DF037477
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : HERMENEGILDO ANTONIO DE ARAUJO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HERMENEGILDO ANTONIO DE ARAUJO em que se aponta como autoridade coatora o JUÍZO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUARI - MG (Processo n. 003506075138-1).

O paciente estaria cumprindo pena privativa de liberdade em outra unidade da federação, Goiânia - GO, não tomando conhecimento da condenação proferida pelo Juízo da Comarca de Araguari - MG, pois a intimação teria sido realizada por meio do Diário Judiciário Eletrônico.

A impetrante sustenta a ocorrência de nulidade da intimação realizada por meio do Diário Judiciário Eletrônico, bem como a nulidade da certidão de trânsito em julgado da sentença penal condenatória, pois teriam ocorrido em desconformidade com os preceitos legais e constitucionais.

Requer, liminarmente, o recolhimento ou a suspensão da guia definitiva de execução penal juntamente ao juízo da vara de execuções penais da Comarca de Araguari (MG).

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja reconhecida a nulidade da intimação realizada por meio do Diário da Justiça, bem como a nulidade da certidão de trânsito em julgado da sentença, pois o paciente não teria sido intimado da sentença.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Preliminarmente, percebe-se a manifesta incompetência do Superior Tribunal de Justiça para análise do presente *mandamus*, uma vez que impetrado contra

decisão de autoridade não constante do rol taxativo previsto art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição da República.

Nesse sentido, cito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO QUE APONTA COMO AUTORIDADE COATORA JUIZ DE 1º GRAU QUE MANTEVE A PRISÃO CAUTELAR DO PACIENTE. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Tratando-se de insurgência voltada contra ato de Juízo de primeiro grau, é flagrante a incompetência desta Corte Superior de Justiça para processar e julgar originariamente este habeas corpus, ante a não incidência do disposto no art. 105, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no HC n. 621.817/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Dje de 23/11/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, declaro a incompetência do STJ para processar o presente *writ*, determinando a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, independentemente da publicação, para que adote as providências pertinentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente